



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 15 | Nº. 28 | Jan./Jun. de 2023

Caroline Rios Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ

carolriosc@gmail.com

“CRIME: SER FILHO DE RESISTENTE”¹ - A infância nos anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira.

RESUMO

Este artigo pretende analisar a construção da infância dos “filhos da resistência” contra a Ditadura militar brasileira (1964-1985). Ao observar os aparatos da repressão e as diversas maneiras que poderiam ser atingidas, se objetiva pensar de que forma a infância se insere no contexto, suas vivências em tal momento histórico e como suas subjetividades são atravessadas pela realidade da militância. Ancorada em uma análise de casos, usaremos como fontes os depoimentos presentes no documentário 15 filhos (1996) e no livro Infância roubada (2014).

Palavras-chave: Infância; Ditadura militar brasileira; Memória.

ABSTRACT

This article intends to analyze the construction of the childhood of the "children of the resistance" against the Brazilian military dictatorship (1964-1985). By observing the apparatus of repression and the various ways they could be affected, it aims to think how childhood is inserted in the context, their experiences in this historical moment and how their subjectivities are crossed by the reality of militancy. Anchored in a case analysis, we will use as sources the testimonies present in the documentary 15 filhos (1996) and in the book Infância roubada (2014).

Keywords: Childhood; Brazilian military dictatorship; Memory.

¹ Trecho do depoimento de Rosalina de Santa Cruz Leite sobre seu filho André no livro SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014. P. 222.

Introdução

A ditadura brasileira não possuía uma política de repressão oficial para elas, não era vistas como “sujeitos completos” dentro de uma sociedade adultocêntrica², mas ainda assim crianças foram alvos da violência de Estado. Elas sofreram principalmente através do ponto de vista psicológico, mas também sofreram violências físicas e rupturas bruscas. Talvez, a maior violência tenha sido a negação e o não reconhecimento de sua infância como um momento de formação subjetiva. A agressão é tamanha que, para vários, há o questionamento do que sofreram, manifestações físicas de algo que não processado ou materializado, uma dificuldade em transformar em gestos, palavras, sentimentos e experiências vividas.

As crianças sentem a dor da repressão por dois: por si, e por suas famílias. As marcas estão em suas subjetividades, forjadas na adversidade e sob a visão de que, para o Estado, elas também são inimigas. “Prisão, tortura, banimento, exílio, testemunhos de violências e assassinatos, não reconhecimento de quem é e separações são algumas das coisas às quais as crianças da ditadura poderiam ser submetidas.” (COSTA, 2022, p. 58).

“Porque eu sempre fiz a discussão: eu fui torturada ou não?”³ A violência pelos olhos de uma criança.

Os espaços de repressão da ditadura, tais como cadeias, quartéis, delegacias, hospitais militares etc., são espaços com rosto majoritariamente adulto, masculino, branco, conservador. Na figura tradicional desses lugares, uma criança não se encaixa ali. Mas o que se viu, mais comumente do que se imagina, é que crianças fizeram sim parte desses espaços e, muitas vezes, da pior forma possível.

Quando adultos se engajavam politicamente, o faziam de modo consciente. Contudo, a mesma possibilidade não ocorria para os pequenos, pois sua “atuação” derivava dos adultos. Eles conviviam com toda sorte de situação, com os dilemas e

² “[...] un sistema de dominación que delimita accesos y clausuras a ciertos bienes, a partir de una concepción de tareas de desarrollo que a cada clase de edad le corresponderían, según la definición de sus posiciones en la estructura social, lo que incide en la calidad de sus despliegues como sujetos y sujetas. [...] los de quienes desempeñan roles definidos como subordinados: niños, niñas, jóvenes, ancianos y ancianas.” (QUAPPER, 2012. P. 111. Grifo do autor)

³ Trecho do depoimento de Janaina Teles no documentário “15 filhos”, 6’16”-6’18”.

complexidades da vida do adulto militante, e nada disso por vontade própria. Em suas pesquisas, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) identificou que menores de idade foram alvo de cenas traumáticas, violências físicas e psicológicas e testemunharam violações, explicitando que “[...] crianças e adolescentes tampouco eram poupados das prisões ilegais e arbitrárias e de agressões pelos agentes da repressão.” (BRASIL, 2014, p. 307).

Crianças foram presas em variados espaços, sequestradas, violentadas e/ou mesmo torturadas. Poderiam ser usadas como meio de tortura contra seus pais e parentes, ou serem vítimas diretas de agressões e violências; ao mesmo tempo eram objeto e sujeito da violência de Estado. Por serem pequenos, até o reconhecimento disso é doloroso, há o questionamento sobre o que passaram, e tais marcas estão em suas subjetividades, pois ocorreram concomitantemente. Como disse Janaina Teles, uma dessas filhas, “Tortura é uma coisa que você... ela é muito sacana porque você leva pro resto da vida” (15 FILHOS, 1996, 5”42-5”48’).

Prova disso é Carlos Alexandre (Cacá) Azevedo, filho de Darcy Andozia e Dermi Azevedo, militantes ligados ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Em 1974, Dermi, Darcy e Cacá foram presos num espaço de algumas horas. Segundo relatos confiados aos pais, o bebê apanhou dos policiais ainda em casa, e depois, ficou detido por várias horas e foi impedido de necessidades básicas, como água e alimentação; outros contam que teria sido torturado com choques elétricos. Muito marcado pelo sofrimento dos pais, a distância forçada e *bullying*, Cacá teve dificuldade de lidar com o passado e o estigma de “terrorista”, desenvolvendo uma depressão aguda, agressividade, isolamento e fobia social. Carlos se suicidou em fevereiro de 2013, e dizia “não se adaptar” ao mundo e à sociedade. Para a CNV, o pai Dermi contou:

Com apenas um ano e oito meses de vida, ele foi preso e torturado, em 14 de janeiro de 1974, no Deops paulista, pela “equipe” do delegado Sérgio Fleury [...] Cacá, como carinhosamente o chamávamos, foi levado depois a São Bernardo do Campo, onde, em plena madrugada, os policiais derrubaram a porta e o jogaram no chão, tendo machucado a cabeça. Nunca mais se recuperou. (BRASIL, 2014, p. 423)

Cacá, mesmo bebê, foi vítima do Estado, e até onde se tem registros, foi um dos mais jovens torturados políticos da ditadura. Os traços do que viveu perduraram por sua infância, juventude e vida adulta. A tortura e a agressividade impostas se tornaram parte de sua subjetividade, já que em sua formação inicial, foi atravessada de forma brutal.

Para além dos resquícios da violência do Estado, também foi vítima de *bullying* e preconceitos durante a infância, uma vez que, segundo a mãe Darcy, “Ele teve uma infância muito difícil. [...] meu filho sofria na escola, era chamado de terrorista, mau elemento, os meninos batiam nele. O tempo todo ele reclamava de ser atingido e tinha vergonha disso, de ouvir que nós éramos marginais [...]” (SÃO PAULO, 2014, p. 302). Tudo isso provocou uma série de questões, que no fim, não conseguiu suportar. Tal fato se faz nítido em depoimentos de Cacá e seus pais, e falavam sobre a sensação de inadequação e não adaptação ao mundo.

Para a psicanalista Maria Rita Kehl, “[...] o modo de cada um padecer e adoecer, nem sempre pertence exclusivamente a nós. Por vezes a doença, sobretudo a chamada doença mental, não passa de um fragmento do real [...]” (2010, p. 125). Pensando assim, é possível ler os transtornos de Cacá e identificá-los como algo que vai além de sua individualidade, é uma manifestação social de um evento traumático imposto não elaborado publicamente. O reconhecimento de participação e culpa do Estado é importante, mas é apenas uma forma de elaboração pública, e só isso não é suficiente. Tanto que, segundo a mãe Darcy, “[...] em 2011, quando Cacá recebeu a indenização do Estado, ele falou claramente de como se sentia, que não se adaptava. Acredito que ele lutou muito para poder conseguir se inserir nessa sociedade, mas não conseguiu.” (apud SÃO PAULO, 2014b, p. 302). Cacá é o exemplo limite da barbaridade cometida pelo Estado, seja pela idade quanto pelo triste fim. O que foi feito a ele se repetiu com um sem número de crianças pelo país, de diferentes idades, com variadas maneiras de agressão.

Seja com relação à tortura, prisão ou outras violências, a elaboração do trauma para crianças é extremamente complexa. O reconhecimento que a violência os havia atingido, que quem deveria protegê-los (o Estado) é quem está causando dor, marca suas individualidades, a noção de mundo e como se portar nele. A memória, a história e o trauma⁴, quando vividas pela criança e lembrada pelo adulto, compartilham de uma

⁴ A relação entre a história, a memória e o trauma se tornaram melhor estudadas ao longo do século XX, especialmente após a *Shoah* (Holocausto). A dificuldade encontrada pela História e por outros campos do conhecimento para lidar com as atrocidades ocorridas na primeira metade do século XX fez com que buscassem aportes e mecanismos não tão tradicionais até então. Assim, o estudo da memória dentro do campo historiográfico passou a ser utilizado, e mecanismos como testemunhos e o advento da história oral incorporados. Para Michael Pollak, a memória “[...] parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas [...] memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social [...] Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. [...] Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] a memória é constituída por pessoas,

zona de penumbra que dificulta uma compreensão posterior. Um desses outros filhos, Virgílio Gomes Filho, assim expressou:

É totalmente absurdo pessoas que se diziam profissionais da lei interrogar crianças sobre uma coisa para as quais elas sabiam que não tínhamos resposta. Não sei qual era o objetivo deles fazendo tais perguntas em tom de interrogatório, de intimidação. [...] O curioso é que nessa data em que fomos sequestrados pela polícia, o meu pai já tinha sido preso e provavelmente já estava até sendo morto. Mas eles continuavam perguntando pelo Virgílio. Não dá para entender. Acho que era um negócio mórbido, doentio. (SÃO PAULO, 2014, p. 75)

Os irmãos Vlademir, Virgílio (Virgilinho) e Maria Isabel Gomes, tinham respectivamente 7 anos, 6 anos e 4 meses de idade. São filhos de Virgílio Gomes da Silva e Ilda Martins da Silva⁵, ele militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Ação Libertadora Nacional (ALN). Em 1969, foram sequestrados e presos juntos com a mãe e levados para a sede da Operação Bandeirantes (Oban) no mesmo dia em que seu pai foi assassinado. Da Oban, foram para o DOPS, e de lá, para o Juizado de menores, onde ficaram por quase três meses. Vlademir e Virgílio relatam um amadurecimento precoce, tanto para se manterem unidos, garantir a segurança da irmã, quanto pela realidade enfrentada com a morte do pai, a incomunicabilidade da mãe e o exílio no Chile (1972) e em Cuba (1973). Tanto Virgilinho quanto Vlademir ainda se lembram destes momentos, e assim contaram, respectivamente:

Quando passei por um dos carros, vi uma outra imagem muito forte que ficou gravada na minha memória. Foi de uma pessoa que eu não reconheci, que estava sentada no banco de trás do carro, todo amordaçado, ensanguentado. Estava sem camisa, com uma faixa no peito, olho todo roxo. Depois eu vim saber que esse era o meu tio [...] Acho que me marcou tanto porque eu percebi que a brutalidade que eles cometeram entrando em casa iria resultar no que eu estava vendo dentro do carro. (GOMES apud SÃO PAULO, 2014, p. 75)

Quando minha tia foi lá pegar a gente, né, na primeira vez que a gente viu ela, chegou uma tia minha e um tio, os dois juntos. Aí “não, é ele”, eles falaram, “é o Vlademir”. Aí eu cheguei “nunca vi essa pessoa”. “Mas ela é tua tia?” “Não, não conheço” A minha tia, pô, começou a chorar, pensou que tinham feito lavagem cerebral, sei lá o que, que eu já tinha esquecido, que a gente tinha esquecido ela. “Mas ela não é tua tia?” “Não, não é, não conheço, nunca vi” Ela veio depois, um outro dia, no outro dia mesmo, logo em seguida, minha tia veio e contou toda

personagens.” (POLLAK, 1992, p. 201). Memórias de acontecimentos passados difíceis de lidar, com forte carga emocional, com diferentes níveis de violência, podem se transformar em um trauma, que, de acordo com Dominick LaCapra, pode ser definido como “[...] una experiencia que trastorna, desarticula el yo y genera huecos en la existencia; tiene efectos tardíos imposibles de controlar sino con dificultad y, tal vez, imposibles de dominar plenamente.” (LACAPRA, 2005, p. 63).

⁵ O casal tinha no total 4 filhos, mas Gregório (na época com 2 anos) não foi levado com a mãe e os irmãos pois se encontrava na casa de um familiar no momento da prisão.

a história: “olha, tua mãe tá presa, a gente veio aqui... já todos sabem tudo” e falou “pode falar quem você é e pode falar quem eu sou”. Aí eu falei “então tudo bem, ela é minha tia, eu sou...” e aí a gente saiu, a gente saiu de lá. (GOMES, V. in 15 FILHOS, 1996, 7”17’-8”01’)

Em função do que estas crianças precisavam conviver, em muitas famílias a verdade não era negada. Vlademir se deparou com a realidade de forma direta, lhe foi dito que “‘Enquanto vocês estavam lá em São Sebastião, que vocês foram presos, cê viu também que seu tio foi preso’, que era o irmão do meu pai, ‘e aconteceu que teu pai foi preso e mataram ele’. Assim, falou na lata.” (15 FILHOS, 1996, 8”42’-8”54’). A violência perpetrada afetava a forma como a família agia com suas crianças sob a situação constante de um conflito iminente. O que acabaram vivendo, fez com que, de alguma forma, perdessem parte da inocência, mas também se tornassem agente políticos. É necessário ver, segundo Castillo e Celis,

[...] niños y niñas como activos productores de significados y significaciones. [...] fundar una nueva relación entre sujetos adultos y menores, reconocerles a estos últimos el estatuto de ser partícipes de la historia de manera activa y de producir tácticas de resistencia [...] que pueden ser consideradas como políticas, aun cuando no estén inscritas en lo tradicional. (CASTILLO-GALLARDO, GONZÁLEZ-CELIS, 2015, p. 909-910)

Seguindo esta linha, Vlademir contou sobre ele e seu irmão:

Eu, nesses lados, preferia abrir um pouco mais. Tipo assim, eu abro, eu corto meu cabelo a zero, mas eu tenho que dormir junto da minha irmã. Meu irmão não. Meu irmão era mais revoltado, ele falava “não corto meu cabelo e tenho que dormir junto também”, né. Então ele, a gente bateu, a gente... eu realmente não sei se até que ponto eles deixavam que a gente fizesse aquilo, até que ponto a gente... eles não conseguiam fazer outras coisas, mas a gente conseguiu manter uma... o núcleo, né? Nunca nos separamos. A gente dormia, minha irmãzinha dormia no berçário, e a gente dormia embaixo da cama dela. (GOMES, V. in 15 FILHOS, 1996, 6”22’-6”53’)

Outra questão fundamental é a própria tortura, pois os questionamentos se aprofundam com a diminuição da idade daquele que a sofre. Tal discussão é vital, principalmente para compreender o que sofreram ou não, o que lhes foi feito ou não, se é ou não. Contudo, a forma como se a tortura manifestava, e ainda o faz, não altera o resultado pretendido pelo aparato repressivo, em que, de acordo com Kehl, “A tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro separa o corpo e o sujeito. Sob tortura, [...] é como se a alma [...] ficasse à deriva.” (2010, p. 131).

A forma como elas lidaram e lidam com o que vivenciaram ganham contornos que podem não fazer sentido, se manifestar no dia a dia, ou permanecerem adormecidas até um momento gatilho. O fato é que o imposto durante a infância continua no futuro; seu eu adulto é moldado de forma diferente porque, quando novo, viveu situações extremas para sua idade. Tal consciência é afetada por uma negação ou não elaboração pública do ocorrido, que podem ser presentes no eu adulto. Os irmãos Gomes lidaram com o fato que, segundo Gregório, “sabíamos que o meu pai foi morto, sob tortura, mas pra todos os efeitos legais, não existia. O meu pai teria abandonado a família, minha mãe não era viúva.” (15 FILHOS, 1996, 15”-15”13’). Na ausência dos pais, ou principalmente do pai, era o filho mais velho e/ou homem que deveria ser o novo responsável pelo cuidado de todos, demandando um amadurecimento precoce que perdura por toda a vida. Assim contou Virgílinho:

Eu não queria que a noite chegasse, porque tínhamos que ser separados e tínhamos medo de não nos vermos mais. (...) Eu sempre optei pelo silêncio. E o meu irmão sempre foi muito maduro para a idade. Ele conseguia lidar com essa situação melhor do que eu. Então, hoje, depois de muito tempo eu entendo por que de noite ele ia na minha cama, me levantava e me levava para o berço da Isa. E a gente dormia debaixo do berço dela. Também lembro que, várias vezes, como eu era mais ágil que o meu irmão, ele me levava na cozinha da casa e fazia pegar a lata de leite Ninho, preparava a mamadeira da Isabel e dava de noite para ela. (GOMES apud SÃO PAULO, 2014, p. 76)

“Porque tanto no Chile quanto na França, eu tinha minha identidade”⁶ - a experiência do exílio dentro do exílio.

Com o acirramento do regime, o exílio significou uma chance de sobrevivência mantendo o viés político. Saíam do país para garantir a sobrevivência, rearticular contatos, vivenciar as lutas nos países latinos; se afastariam da terra natal, partindo para outros lugares, como uma estratégia política. Para as crianças, tinha mais um lado de “turismo” ou relação de um lugar materno. Como a militância era de outros, não existia articulação política. Quando o exílio se dava muito cedo, o vínculo com o país de origem, com o idioma do local de nascença, o sentimento de pertencimento não ocorriam como seus pais o viveram, ou desejavam.

Com o número crescente de perseguidos, a comunidade brasileira no exterior crescia, assim como o número de crianças desterradas e levadas a outros cantos do

⁶ Trecho do depoimento de Marta Nehring no documentário “15 filhos”, 9”51’-9”54’.

mundo. Para elas, o Brasil se tornou uma lembrança presente mais nas falas dos pais do que em suas memórias, enquanto o exílio se tornava casa e pátria. Alguns países, como Chile, Cuba e França tiveram uma representativa colônia de exilados.

Em 1970, a militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) Tercina Dias de Oliveira (Tia) foi presa, três crianças foram levadas junto. Eram Zuleide Aparecida e Luis Carlos Max do Nascimento, com 4 e 6 anos, e Samuel Ferreira, com 9 anos. Durante a prisão, Tia descobriu que um de seus filhos, nora e neto também estavam presos. Quando o nome de Tercina, Zuleide, Luis e Samuel foram incluídos na troca pelo embaixador alemão, exigiu que o outro neto preso, Ernesto Carlos Dias do Nascimento, com 2 anos, fosse banido com ela. Assim, Tia foi presa com três crianças e saiu com quatro. Receberam os carimbos de “elemento menor subversivo” e “terrorista” nos documentos de banimento, e aparecem na foto dos 44 presos enviados para a Argélia⁷. Após, o destino escolhido foi Cuba. Como contaram respectivamente Zuleide, Ernesto e Luis, em depoimento concedido em conjunto:

Quando fomos sequestrados, fomos levados para uma casa [...] E o Samuel, que era nosso irmão de criação, foi levado para um local onde ficavam meninos infratores. Ele apanhou muito, foi torturado. O Samuel ficou careca porque teve o cabelo raspado, foi tratado como menor infrator, apanhou. E além de ter sofrido a agressão psicológica que todos nós sofremos, ele ainda sofreu agressão física. [...] Quando enfim resolveram nos liberar, disseram para minha avó: “Está bem, aqui estão seus três netos”. E ela: “Não, eu quero meus quatro netos. Estou sabendo que o Ernesto está lá dentro também, e ele é meu neto e vai comigo. Entrei aqui com três, mas eu vou sair daqui com quatro”. (NASCIMENTO, Z. apud SÃO PAULO, 2014, p. 129-130)

No dia 18 de maio de 1970 fui preso em São Paulo, com minha mãe. Eu tinha apenas 2 anos de idade. Fomos levados para a Oban, onde meu pai foi torturado na minha frente. Passei ainda pelos cárceres do DOPS, Presídio Tiradentes e DOI-CODI/SP. [...] Eu tinha 2 anos e 3 meses e fui tratado como “Elemento Menor Subversivo”, terrorista e fui banido do país por decreto presidencial [...] (NASCIMENTO, E. apud SÃO PAULO, 2014, p. 139)

Nós fomos fichados, tiraram uma série de fotografias, tiraram as digitais. Depois ficamos sabendo que estávamos saindo do Brasil. [...] Nós não tivemos passaporte. Quando você é banido, não tem passaporte, não tem documentação nenhuma. É expulso mesmo. Nós, por estarmos junto com nossos companheiros, fomos fichados como terroristas. Não somos nós que estamos dizendo isso. São os documentos do DOPS que diziam que éramos terroristas. [...] Se retornássemos para o Brasil é porque iríamos fazer guerrilha (NASCIMENTO, L. apud SÃO PAULO, 2014, p. 136)

⁷ “Para reparar a história é necessário corrigir o número de presos libertos nessa ação. Como comprovado por documentos e testemunhos, os menores foram tratados como presos políticos, não permitindo que fossem levados por outros familiares, fomos expostos a torturas física e psicológica e ainda oficialmente banidos por decreto presidencial.” (SÃO PAULO, 2014, p. 139).

A “herança” do exílio é tida como não voluntária, mas suas memórias-base são forjadas neste período. Desterradas de seu país, seu idioma, de convívio com outros parentes, das comunidades onde estavam inseridas, as crianças projetam olhares e entendimentos específicos sobre a experiência no estrangeiro. Suas memórias, igualmente atravessadas por tais elementos, também diferem tanto na formação quanto na rememoração. De acordo com a historiadora Tatiana Paiva,

A memória dos filhos de exilados pode ser considerada como uma memória dilacerada no tempo e no espaço devido aos deslocamentos e mudanças frequentemente vividos. As alterações, não somente de lugar, mas também de seus nomes, geraram algumas dificuldades em dar sequência a certos episódios, e longos espaços de tempo muitas vezes não são recordados. O exílio para muitos coincide com o início de suas vidas e, conseqüentemente, com as primeiras lembranças. (2009, p. 140)

O exílio significa uma bruta ruptura, pois a desestabilização de diversos elementos culmina com a retirada do país. Concomitantemente, este pode ser o momento de oferta de uma estabilidade e liberdade perdidas, por isso, há “(...) la reconceptualización del exilio como condición de posibilidad de la identidad (...)” (OLEAGA, GONZÁLEZ, DORÍN, 2016, p. 96). Zuleide e Luis Carlos relatam que

Eu não sabia minha data de nascimento, por exemplo, nem meu nome direito. Quando entrei na creche, usei o nome de Zuleide Lucena, que era o sobrenome da Damaris Lucena, viúva do [Antônio Raymundo] Lucena, que já estava lá com os filhos quando chegamos. [...] Foi ela [Damaris] que me matriculou na escola e como não tinha documento, deu o nome de Zuleide Lucena. Assim fui chamada durante muito tempo. A questão do meu nome era uma confusão. Uma hora eu era Zulmara, outra vez Zuleide. Outra hora era Zuleide Lucena, outra ainda Zuleide Aparecida. (NASCIMENTO, Z. apud SÃO PAULO, 2014, p. 130-131)

“Mas com 6 anos você fazia isso, fazia aquilo, você sabia o que estava acontecendo?” A gente vivia aquilo, tinha que saber. (...) Minha avó nos orientava: “Olha, vocês não podem falar alto”, “Agora seu nome será X”. (...) Essa era a preparação que tínhamos. Acho que todas as crianças que estavam com seus parentes na clandestinidade também receberam esse preparo. A minha avó sempre passou segurança para nós, sempre foi dura, carinhosa na hora que era para dar carinho e dura quando necessário. (NASCIMENTO, L. apud SÃO PAULO, 2014, p. 135-136)

Uma grande questão na vida da criança exilada é o processo e acesso à educação. A maneira como encaravam a escola e o convívio com outras crianças, principalmente após perceberem sua caracterização enquanto estrangeiros naquele espaço, influenciava na forma como o exílio era encarado. Segundo Paiva,

A escola era uma espécie de ponte feita entre os filhos de exilados e o país de exílio [...] eram responsáveis pela apreensão dos elementos mais expressivos da cultura local, como a língua, a comida, as brincadeiras, as gírias, a moda e, especialmente, a forma como os exilados eram vistos pelo país de acolhimento. O sistema educacional refletia para os filhos como o país de exílio os reconhecia. (2009, p. 144)

A forma como se dava o acesso à educação e a relação com outras crianças afetava como o exílio era vivido, e como será lembrado futuramente. A percepção de bom ou ruim vem muito mais da escola, do que com o país ou a sociedade em si, como no caso de seus pais e parentes. “Praticamente toda a formação cultural e política que temos é cubana. Quando cheguei lá, em agosto de 1970, já tinha 7 anos. [...] Em Cuba, nossa convivência com as crianças cubanas era normal [...]”, explica Luis (SÃO PAULO, 2014, p. 137). Ernesto adiciona:

Mas o que aconteceu com essas pessoas brilhantes na volta ao Brasil após a Anistia? Nosso brilhantismo teve que enfrentar o preconceito político-social imposto pela mídia reacionária, a falta de reconhecimento e legalização de nossos estudos e diplomas adquiridos em Cuba por parte das autoridades. (NASCIMENTO, E. apud SÃO PAULO, 2014, p. 142)

Os elementos particulares vividos pelas crianças em função da militância de outros afetou suas identidades ainda pequenos e posteriormente quando adultos. Se relacionar com uma comunidade que partilhe experiências e afinidades é vital para amenizar arestas existentes durante tal processo, mas não são suficientes. Suas relações patrióticas estão com o local de abrigo, mas há uma memória construída através de relatos e contato com outros exilados. A questão do país de exílio e a volta para o Brasil pós-anistia é sintomática para mostrar essa tensão, pois, como explica Paiva, “[...] quando os pais começavam a falar em voltar, algumas crianças já estavam perfeitamente adaptadas ao exílio e a volta parecia um processo absurdo [...]” (2009, p. 145-146). Poderiam querer voltar ou não, a visão de que o país ainda não os queria, que suas vidas não estavam no Brasil, as forças entre liberdade e imposição do retorno, dentre outros. Para muitos, a sensação era de “¿Volver? ¿Eso no sería irse, otra vez?” (OLEAGA, GONZÁLEZ, DORÍN, 2016, p. 104). A volta ao Brasil poderia significar mais um rompimento em uma identidade já fraturada. Zuleide e Ernesto assim a expõem em seus depoimentos respectivamente:

Essa identidade nós nunca achamos. Até hoje sou uma pessoa completamente sem identidade. Eu sei que sou brasileira, porque nasci brasileira. Mas não me

sinto brasileira e sim cubana. Sei que não sou cubana, então é uma confusão muito grande. Aí eu costumo dizer que como tenho na veia a herança de militância, digo que sou latino-americana. Acho que fica muito mais fácil. Cuba é o meu país e não tem como deixar de ser. (NASCIMENTO, Z. apud SÃO PAULO, 2014, p. 131)

Era uma numerosa e esquisita família. Sim, esquisita porque meu pai e minha mãe são tios de meus irmãos que são órfãos e eu não; temos um monte de tios, mas ninguém é irmão; um monte de primos brasileiros que só conhecemos em Cuba. Foram 16 anos em Cuba contando nossa história mais de uma vez por dia. (NASCIMENTO, E. apud SÃO PAULO, 2014, p. 143)

A ruptura da identidade e a volta para o Brasil também afetou os laços criados durante o exílio. Para Zuleide, Luis, Samuel e Ernesto, significou o distanciamento da família construída em Cuba, uma vez que sua casa era ponto de encontro em Havana, além de terem convivido com outras famílias. Com a anistia e chance de retorno, sua grande e não consanguínea família foi desfeita, representando outra separação provocada pela violência sofrida anos antes. Para Zuleide e Luis Carlos,

Havia muitas crianças que nasceram no Brasil, no Chile e que depois foram para Cuba. E a casa da vó, era a casa da avó de todos. As crianças iam passar as férias escolares lá na casa da vó, então, às vezes, tinham umas doze crianças lá. Os filhos do Virgílio [Gomes da Silva] foram criados juntos conosco. Ficávamos todos juntos. (NASCIMENTO, Z. apud SÃO PAULO, 2014, p. 130)

Tínhamos uma ligação também muito grande com as crianças brasileiras que moravam lá. [...] A nossa casa era praticamente um território brasileiro, pois todos os brasileiros exilados em Cuba que moravam em Havana se reuniam na nossa casa, na casa da minha avó. (NASCIMENTO, L. apud SÃO PAULO, 2014, p. 137)

“Foi a primeira vez que eu senti pavor, que eu senti o clima de estar fugindo”⁸ - a infância alterada pela repressão.

O espectro de possibilidades e realidades dos “atingidos” é maior do que o de outros grupos, pois o modo como se é atingido é altamente variável e pode mudar por fatores como gênero, classe, raça, idade etc. Por ser tão mutável e complexo, é quase impossível numerar os atingidos e quais os aspectos afetados, direta e/ou indiretamente. A complexidade está tanto na forma como pode se manifestar, quanto no que é entendido como “atingido”, e nessa zona de penumbra, a subjetividade infantil adiciona mais camadas. Além da subjetividade e das memórias, é afetada a formação da

⁸ Trecho do depoimento de Ernesto Carvalho no documentário “15 filhos”, 10”14’-10”18’.

identidade individual e coletiva, pois desde muito cedo, lhes falta a estabilidade de elementos como nome, data de nascimento ou laços afetivos.

Quando tais mudanças afetam pessoas em processo de formação e consolidação de suas subjetividades, as alterações são capazes de causar abalos duráveis por muito tempo. Apesar de nem sempre a verdade ser ocultada, a realidade poderia causar incertezas em um meio já conturbado. A noção da infância, a forma particular de ler o mundo, mesmo quando a realidade era contada, perpassava a forma como compreendiam a conjuntura na qual estavam inseridos.

A ideia falada por André Herzog de “de repente, eu perdi um pouco da inocência” (15 FILHOS, 1996, 4”21-4”25’) acometeu muitos dos que se viram frente a frente ao horror da repressão, principalmente em tenra idade. Muito particular ao universo infantil, a perda da inocência tão bruscamente e tão cedo é algo dificilmente recuperável, e perpassa as experiências e entendimentos sobre a vida. Por mais difíceis que sejam os traumas e vivências, é possível trabalhá-los e até superá-los, mas o mesmo não pode ser feito com a pureza. Nesta perda, havia a convivência quase diária com a incerteza e a clandestinidade, em que a verdade poderia significar o sofrimento de outros. Ao terem que lidar com isso, há uma consciência, como foi para Joca Grabois, de que “Se eu contar essa história [...] podem vir aqui e acabarem com a minha família.” (15 FILHOS, 3”22 -3”23’, 3”26’-3”28’).

As violências, as mudanças, o clima de tensão e a falta de liberdade são características que atravessaram a militância dos pais e chegaram até os filhos, e geraram várias outras alterações de perspectivas. Durante os trabalhos da CNV, foram percebidas algumas formas, mais nítidas e inquestionáveis, de como estes filhos poderiam ser atingidos, e a partir dos relatos obtidos, foi possível identificar outras manifestações de ruptura, de ordem mais subjetiva. De acordo com a CNV,

[...] nos relatos de crianças e adolescentes que, mesmo sem oferecer nenhum risco à dita “segurança nacional”, foram monitorados, perseguidos, presenciaram os pais sendo baleados, cresceram dentro de uma prisão ou foram surpreendidos com ações violentas dentro da própria casa em que viviam. [...] A maioria tinha dificuldade em compreender as regras de segurança que envolviam o cotidiano, por que motivo suas famílias eram tão “diferentes”. (BRASIL, 2014, p. 427-429).

Nos casos “menos subjetivos”, é imposta uma realidade dolorosa e de difícil compreensão, muitas vezes sem chance de retorno ou “conserto”. As pesquisas da CNV indicaram que “A morte de familiares ou amigos, desaparecidos ou assassinados pelo

aparato de repressão, em um contexto de barbárie, assume uma dimensão ainda mais pesada ao envolver crianças [...]” (BRASIL, 2014, p. 431). Tendo morte e assassinato cargas extremamente complexas, a condição dos desaparecidos é um agravante, e “[...] a impossibilidade de enterrar seus mortos também impactou a vida de filhos e netos de vítimas fatais da ditadura.” (Loc. Cit.).

Se considerarmos que, até hoje, o Brasil possui mais de 200 desaparecidos políticos da ditadura, o número de crianças que cresceram sem algum dos pais é considerável. Na contagem oficial de mortos e desaparecidos, quase 90% são homens, fazendo com que muitos não tivessem, ou perdessem, a figura paterna na infância⁹. Esse é justamente o caso de crianças cuja família nuclear era composta por elas e suas mães feitas viúvas. Nestas situações, era geralmente a mãe o principal laço afetivo, inclusive durante a clandestinidade, tanto que, como diz Telma Lucena, “Herói não é o meu pai, é a minha mãe.” (15 FILHOS, 1996, 14”58’-15”).

Como exemplo, temos o caso de Tessa Lacerda, filha de Mariluce Moura e Gildo Lacerda, ambos militantes políticos da Ação Popular (AP). Presos em 1973, com Mariluce já grávida, foram torturados e Gildo assassinado. O conhecimento de quem era seu pai, histórias e imagens sobre sua vida e o que ocorreu nunca lhe foram escondidos. Contudo, toda sua vida foi marcada pela violência sofrida pela mãe e ausência do pai, influenciando até na profissão escolhida, a Filosofia. Para Tessa, não há apenas as marcas em si do que seus pais sofreram, mas também a impossibilidade/imaterialidade da vida e da morte de seu pai, e assim ela narrou:

Eu tentar construir essa imagem porquê... Eu não sei nada, eu não sei, eu não sei como era meu pai, eu não sei, eu não sei as coisas mais banais. Eu sei o que ele fez e na minha cabeça isso sempre ficava aquela coisa grandiosa de herói. Porque, afinal de contas, ele morreu por um ideal. E ele estava disposto a isso. Enfim, fica aquela coisa gigantesca que até me oprime um pouco. [...] E até hoje é difícil você aceitar uma morte que não é material, que você não tem... Mais que isso, mais que essa imaterialidade da morte, para mim, ainda, a imaterialidade da vida. Porque eu não tenho, eu não... eu não conheci o meu pai. Então é absolutamente pirante cê tentar, por um lado imaginar como seu pai era e, por outro lado, aceitar que isso que cê imaginou, morreu. (15 FILHOS, 1996, 13”44’-14”09’, 16”23’-17”06’)

⁹ Também há casos de ausência maternal, como exemplo, o caso de Heleny Ferreira Telles Guariba, militante da VPR, desaparecida desde 1971. Acredita-se que tenha sido levada à Casa da Morte, em Petrópolis/RJ, e morta sob tortura. À época, Heleny tinha dois filhos pequenos, Francisco e João Vicente. Sobre a mãe, Chico diz: “Eu não lembro qual é a referência que me davam dela. São coisas, na verdade, de fotos, é uma coisa... é aquela coisa de lembrança construída. [...] Ninguém me disse que a minha mãe morreu. A família inteira, de maneira geral, nunca conversou. Porque eu acho que a família... todo mundo procurou muito, foi um esforço muito grande em procurar, e foi uma frustração muito grande não encontrá-la.” (15 FILHOS, 1996, 3”47’-3”56’, 16”10’-16”23’).

A memória e o esquecimento são lados de uma mesma moeda, em que uma não existe sem a outra, e para o historiador Bruno Groppo, “El olvido es un elemento esencial de este proceso al mismo nivel que la memoria.” (2001, p. 27). Contudo, como é possível esquecer uma lembrança inexistente? Como ver o esquecimento quando a ausência se configura num passado que não passa, e que não se pode fugir? Para Tessa, e vários outros, não foi dada a possibilidade do esquecimento, porque sequer há a contrapartida da memória. O que têm é uma memória produzida, através de relatos, imagens e traços materiais de algo que há muito se foi. Como ela mesma disse, não há apenas a dificuldade em aceitar uma morte brutal, principalmente uma que não há corpo para materializar, há também a dificuldade de construir um ser que você sabe que não existe mais. Para a crítica Beatriz Sarlo,

Sentir-se abandonado, no caso dos filhos de desaparecidos, é inevitável. A tragicidade dos fatos tocou ali onde não havia sujeitos em condições de responder nem de se defender, sujeitos que não tinham escolhido um destino que incluía a morte como possibilidade [...] as vezes, no lugar vazio dos desaparecidos não há nem haverá nada, exceto a lembrança de um sujeito que não lembra. (2007, p. 109-110).

Diante do convívio com a imaterialidade da morte, há a dificuldade ou impossibilidade em construir uma imagem corporificada do ser, uma memória de quem era aquela pessoa, enquanto diante da ausência do corpo, há a negação de um processo de luto adequado, o que acaba por gerar uma situação que nunca é cicatrizada ou resolvida. No caso dos filhos, a ausência material do corpo e do luto é um fato dado desde muito cedo, e em virtude disso, acaba por fazer parte da construção mais básica e primordial de quem são. Por mais que se possa, em alguma medida, lidar ou remediar tais realidades, mediante atestados de óbitos ou velórios simbólicos, uma forma de lidar melhor com as memórias traumáticas, nunca há como cicatrizar essa ferida. Em um de seus depoimentos, Tessa explicou que

O atestado de óbito que conseguimos foi por meio da Lei 9.140, mas ainda não consta a *causa mortis*. Gildo também nunca constou na lista dos desaparecidos. [...] Mas esse saber racional não tira a dor daquela criança que queria falar: “Eu sei que não dá, mas eu quero enterrar meu pai”. Eu quero levar meus filhos [ao cemitério] e dizer: “Olha, o seu avô está aqui”. [...] O máximo que eu posso fazer é dizer para mim mesma: “Está bem, o meu pai está morto”. Mas não dá para dizer “Você nunca vai ter o corpo, nem túmulo, nem jamais vai ter direito de fazer o luto de maneira decente”. Isso eu não aceito. Não dá. (apud SÃO PAULO, 2014, p. 286-287)

Lidando com outras questões e sofrimentos imputados a si, Andre e Priscila Arantes são exemplos de crianças que viveram várias das realidades das esquerdas. São filhos de Aldo e Maria Auxiliadora Arantes, militantes da AP. Toda a família foi presa em 1968, e o pai novamente em 1976, além de uma clandestinidade em comum, com nomes falsos e sempre mudando de endereço. Segundo os irmãos,

Tinha 3 anos e lá estávamos em mais uma situação estranha. Durante a noite, uns “amigos” de meus pais vieram nos buscar em nossa pequena casa [...] Nos levaram de jipe para um castelo (Policlínica da PM de Alagoas), em Maceió. Lembro que achei aquilo estranho. Como era noite, o castelo pareceu meio sombrio. [...] Depois do “castelo” fomos para Escola de Aprendizes de Marinheiro de Alagoas. Uma vez por dia descíamos para brincar em um pátio, cheio de lixo e ratos, que minha mãe apelidou carinhosamente de Jerry. [...] Como era pequeno, não percebi, mas o “Tom” tinha nos pegado. Estávamos detidos em uma prisão da marinha. (ARANTES, A. apud SÃO PAULO, 2014, p. 23)

Aquele que testemunha, de certa forma sobreviveu a uma situação limite, traumática, no meu caso e de meus familiares: à época da ditadura militar no Brasil. Como filha de pais que foram presos, torturados, foragidos e clandestinos – e eu mesma presa com minha mãe e meu irmão quando tinha 3 anos de idade, no sertão de Alagoas. (ARANTES, P. apud SÃO PAULO, 2014, p. 27)

Os irmãos sempre lidaram com a militância dos pais. Além da prisão, algo que marcou suas identidades profundamente foi o nome, já que ambos tinham nomes “frios”, e não sabiam os nomes dos pais. Com isso, até a segurança do nome foi retirada. “Nada más seguro y certero que el nombre propio [...] Toda nuestra identidad se concentra y bascula en la cuestión del nombre propio. [...] damos por hecho que ‘salvo el nombre’ todo es incierto.” (OLEAGA, GONZÁLEZ, DORÍN, 2016, p. 97-98). Apesar dos nomes mantidos, os sobrenomes eram outros, e suas subjetividades foram marcadas por essa “vida dupla”. Andre e Priscila seguem:

Quando chegou a minha vez, falei meu nome “frio”. Na verdade, o nome era Andre mesmo, mas o sobrenome era “frio” e bem diferente do dos primos. Quando eu acabei, um dos primos levantou e disse que eu falara meu sobrenome errado, pois não guardava relação com sobrenome de nossa família. [...] Um dia no quarto/escritório do meu pai, achei a caneta e li o sobrenome do meu avô. Percebi que o sobrenome dele não era parecido com o nosso. Aí disse: “Descobri, descobri que o sobrenome do vovô Galileu é Arantes. O nome de nossa família é Arantes”. (ARANTES, A. apud SÃO PAULO, 2014, p. 24)

Por um lado pude descobrir que tinha um nome de fato real, outro, este sim verdadeiro, que trazia consigo uma família, uma história; uma outra identidade. [...] Mas ao mesmo tempo, e talvez este fosse o fator que mais me assustou, assumir a minha verdadeira identidade e meu nome trouxe a perda da convivência com meus pais. E mais do que isto: a consciência de que eles estavam em uma situação de perigo iminente. É exatamente no momento que nossos nomes podiam ser utilizados, que meu pai foi preso e minha mãe ficou

foragida. (ARANTES, P. apud SÃO PAULO, 2014, p. 28)

A relação com o mundo exterior, e dentro de casa, podia provocar dificuldades de interação e compreensão. Por terem que suportar cargas pesadas demais, derivadas da violência e das vicissitudes da repressão e resistência, causavam maneiras muito peculiares de se relacionar com terceiros e de como entendiam o mundo ao seu redor. Segundo a socióloga Leonor Arfuch, é possível perceber nos filhos “[...] la dificultad de sostener relaciones normales con el entorno [...] cuando se vive en “insilio” - un significativo acuñado para señalar el exilio interior – y aún quienes estaban apartados de la militancia corrían igualmente peligro.” (2015, p. 824). Além disso, toda a pressão à qual eram submetidos poderia se manifestar em seus corpos, que mesmo não passando pela tortura, tinham dores e problemas físicos. Para Priscila, foi “[...] uma série de desmaios, pequenos lapsos de consciência, talvez um desejo real de esquecer, por um pequeno espaço de tempo, algo que me incomodava em profundidade.” (SÃO PAULO, 2014, p. 29). Em Tessa, a violência e a ausência parental também se manifestaram em uma forma de dor:

Mas como paira sempre essa sombra para mim, o que ela [a psicóloga] via refletido na minha personalidade era insegurança, baixa autoestima, enfim, uma série de coisas assim... Medo. Eu tenho muito medo sempre. [...] Mas são coisas que eu carrego desde a infância. (...) Mas a minha maneira de lidar com ela é nem sempre encará-la de frente. (apud SÃO PAULO, 2014, p. 286)

Considerações finais

Aqui, apresentamos os filhos da resistência. O objetivo foi pensar como a atuação política dos pais, somada à violência perpetrada pelo Estado, influenciaram e modificaram a vivência infantil. Se, diferentemente dos adultos, não houve uma escolha pessoal, então como eram encaradas questões como a prisão, a morte, o exílio, a clandestinidade? Com isso, podemos conjecturar que, embora estivessem em uma posição que não escolheram, os pequenos também foram atores políticos e sofreram nas mãos do Estado como seus parentes e companheiros organizados.

Por terem parentes opositores, elas eram vistas como “futuros agitadores”, perigosas e voláteis como aqueles que os educaram. Com isso, a violência sofrida era derivada, e não própria, mas tal fato não alterava o que Estado as imputou, e sua condição infantil não impediu que violações e agressões fossem cometidas.

Aqueles que perderam a inocência tão precocemente nos mostram que apesar de não serem vistas como atores políticos, ou que nem sempre as escolhas do que vivem serão próprias, nada disso impede que sejam os sujeitos e os atores de suas histórias. Seu tamanho ou sua idade não define a capacidade de ser tornar um provocador social e agente político de seu tempo, que a resistência também pode ser infantil. Os relatos aqui são fundamentais e mostram estas histórias pouco lembradas pelo coletivo, seja como uma nova versão para a história oficial ou como uma forma de reparar o que lhes foi imposto décadas atrás.

Ao resgatar figuras não muito comuns no imaginário político referente à ditadura, nosso objetivo foi aprofundar o debate sobre a própria resistência, assim como mostrar que os resistentes são pessoas bem mais diversas e complexas do que se imagina da figura tradicional. Ao buscar por vozes infantis nos embates de memória, buscamos uma outra visão sobre aqueles anos e recolocar ainda mais a criança na História e no coletivo. Neste esforço, é mais do que necessário resgatar diferentes trajetórias para que “nunca se esqueça e nunca mais aconteça”.

Referências bibliográficas

ARFUCH, Leonor. *Memoria, testimonio, autoficción - narrativas de infancia en dictadura. Kamchatka - Revista de análisis cultural* 6. P. 817-834, 2015.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade, Relatório final (volume I)**. Brasília: CNV, 2014.

CASTILLO-GALLARDO, Patricia E., GONZÁLEZ-CELIS, Alejandra. *Infancia, dictadura y resistencia: hijos e hijas de la izquierda chilena (1973-1989)*. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. 13(2), p. 907-921, 2015.

COSTA, Caroline Rios. *Onde a gente entra? A segunda geração e os processos de anistia e justiça de transição no Brasil*. In: **Revista Eletrônica Trilhas da História**. V. 11, n. 22, p. 50-68, 2022.

GROPPO, Bruno. *Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido em los países del Cono Sur*. In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia (orgs.). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay**. La Plata: Ediciones Al

Margen; Bibliothèque de documentation internationale contemporaine, Musées d'histoire contemporaine, 2001. P. 123-132.

KEHL, Maria Rita. *Tortura e sintoma social*. IN: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 123-132.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

NEHRING, Marta; OLIVEIRA, Maria. 15 FILHOS. Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring. P&B. 20 minutos. 1996.

OLEAGA, Marisa G. de; GONZÁLEZ, Carolina M.; DORÍN, Ana Carola S. *Infancia, exilio y memoria - tres relatos de una infancia transterrada tras la última dictadura argentina*. **Kamchatka - Revista de análisis cultural** 8. P. 93-109, 2016.

PAIVA, Tatiana. *Memórias de uma herança: a experiência de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar*. In: SANTOS, Cecília M.; TELES, Edson; TELES, Janaina A. (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, volume I**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. P. 135-150.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10, 1992, p. 200-212.

QUAPPER, Claudio Duarte. *Sociedades adultocêntricas: sobre sus orígenes y reproducción*. In: **Última década**. Valparaíso, nº36, p. 99-125, jul/2012.

SÃO PAULO (Estado). **Infância roubada, crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Caroline Rios Costa

Bacharel-licenciada em História, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestranda no

Programa de Pós-graduação em História Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8320853295225668>

Artigo recebido em: 22 de janeiro de 2023.

Artigo aprovado em: 30 de maio de 2023.